



## Lula possibilita diálogo com funcionários de carreira

As entidades formadoras do Movimento Nacional em Defesa do Estado Brasileiro entregaram na quinta-feira (19) uma carta ao coordenador da campanha de reeleição do presidente Lula, Marco Aurélio Garcia. O documento alerta para a necessidade de defender o resgate do Estado como instrumento promotor da qualidade de vida da população brasileira, por meio da melhoria da Administração Pública.

De acordo com representantes das 13 entidades que formam o Movimento, o apoio à candidatura do presidente Lula deve-se ao fato de que “pela primeira vez na história republicana, um presidente criou uma Mesa Nacional de Negociação Permanente, o que possibilitou um diálogo entre os funcionários de carreira do Poder Executivo Federal e o governo. Precisamos fortalecer e aumentar os canais existentes. Antes, o diálogo era de forma indireta, pela mídia”, afirma a presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, Rosa Maria Campos Jorge.

Para Marco Aurélio Garcia, o diálogo foi possível graças à política de fortalecimento do Estado defendida pelo governo Lula. De acordo com ele, o primeiro mandato serviu também para “avançar na questão de atendimento da situação social grave em que se encontrava uma parte importante da sociedade brasileira”.

“Queremos retomar a idéia de um Estado que possa ter uma função reguladora e um papel de desenvolvimento do país. O nosso modelo é o Brasil do desenvolvimento, da inclusão social, da educação, do fortalecimento do Estado para que ele possa cumprir um papel importante de um Estado democrático”, explica Marco Aurélio.

### Segundo turno

Sobre o segundo turno, Marco Aurélio disse que serviu para mostrar que há dois modelos de Estado em jogo. “Quando entramos no segundo turno, tivemos a possibilidade de clarificar mais o debate. Com isso, podemos mostrar o Risco Alckmin, que é o desmonte do Estado brasileiro, que começou com o governo Collor e que o governo FHC continuou e aprofundou”, lembra Marco Aurélio.

“O programa inclui a continuidade do programa de privatização. Não é uma invenção nossa. Quando ele (Alckmin) foi indicado candidato, uma das primeiras coisas que disse foi dar continuidade ao processo de privatização. Ele foi o homem responsável pelo programa de privatizações em São Paulo e ele é afinado com essa idéia de Estado mínimo”, afirma.

O coordenador disse ainda que, para os próximos quatro anos, o governo deverá “recuperar a capacidade de investimento do Estado, a capacidade de regulação e a presença do Estado na sociedade. Só que será um Estado diferente porque não será um Estado privatizado pelos interesses de algumas corporações, será um Estado democrático”, explicou. “O nosso programa não se resume a interesses de natureza econômicas, mas demandas de natureza política, democrática muito fortes”, completa.

Segundo ele, o presidente Lula tem insistido que uma das questões essenciais, para o próximo governo, “será uma reforma política, uma reforma do Estado, que vá na direção de sua democratização econômica e um controle maior da sociedade sobre o Estado. É a única vacina contra essas perversões burocráticas ou essa apropriação do Estado pelos interesses de algumas corporações do grande capital”.